

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURSO DE PEDAGOGIA

Ms. Telma Aparecida Teles Martins  
SME/FE-UFG

Grupo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em diferentes contextos  
[GEPIED]-FE/UFG

Programa de Pós-Graduação em Educação – FE/UFG

Financiamento: Capes  
Painel

Formação e profissionalização docente

O estudo vincula-se ao projeto de pesquisa “Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas”, e discute a Educação Infantil no curso de Pedagogia. Analisa-se o impacto das reformas educacionais a partir da década de 1990 no Brasil e seus desdobramentos no curso de pedagogia e na formação de professores para a Educação Infantil. Com base no método materialista dialético, desenvolveu-se uma pesquisa teórica, documental e empírica com a participação de 266 estudantes, utilizando questionários e entrevistas. Para tanto, buscou-se relacionar o curso de Pedagogia da FE/UFG aos seus elementos históricos, diante das transformações vivenciadas pelos seus atores e as alterações curriculares ocorridas em 2003, em relação ao lugar dado à Educação Infantil, sendo esta considerada a primeira etapa da Educação Básica. Percebeu-se que a Educação Infantil sob esse contexto está começando a ocupar um lugar no Curso, porém ainda de forma incipiente.

**Palavras chave:** Educação Infantil; Curso de Pedagogia; Formação de Professores.

## Introdução

Nos últimos trinta anos a Educação Infantil vem se constituindo como um objeto de investigação mais sistemático<sup>1</sup>. Sua expansão no Brasil e no mundo deve-se entre outros fatores às modificações do papel da mulher na sociedade, com a sua inserção no mercado de trabalho<sup>2</sup> e a intensificação da urbanização. Para a Educação Infantil<sup>3</sup> ter a importância que possui hoje, foram necessários inúmeros movimentos sociais e educacionais que buscaram o reconhecimento legal da educação de crianças de 0 até 6 anos. Diversos autores – entre eles Barbosa (1997, 1999); Alves (2002); Silva (2003)– apontam que essas modificações inserem-se no conjunto de fatores complexos e

---

<sup>1</sup> Os resultados de nossas próprias investigações demonstraram a necessidade de conhecermos e considerarmos a história da constituição das propostas educativas para crianças menores de 7 anos no Brasil, buscando a superação do descompromisso que se tem com o cuidado e a educação dessas crianças (Nota da pesquisadora).

<sup>2</sup> Houve a inserção de mulheres de várias classes sociais, sobretudo das mulheres de classe média, já que as de baixa renda sempre ocuparam funções variadas no mundo do trabalho (Nota da pesquisadora).

<sup>3</sup> A Educação Infantil foi alterada pela Emenda Constitucional nº. 053 de 06 de dezembro de 2006, modificando a etapa da educação básica para o atendimento de crianças de zero a cinco anos e não de zero a seis anos, pois o Ensino Fundamental passou de 8 anos para 9 anos, contemplando a inserção da criança de 6 anos no Ensino Fundamental. Assim indicamos no presente trabalho a expressão de até 6 anos para designar a Educação Infantil, por estar presente nos documentos oficiais do MEC e de documentos produzidos por diferentes entidades entre eles o Movimento de Interforuns da Educação Infantil no Brasil (MIEIB). (Nota da pesquisadora).

contraditórios presentes na organização social, com suas características econômicas, sociais e políticas.

A Educação Infantil no Brasil ganhou maior visibilidade a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB), a qual regulamenta e torna concreta a garantia contida na Constituição de 1988, tornando-se, do ponto de vista legal, reconhecida e ligada à educação. Na LDB/1996 é considerada a primeira etapa da Educação Básica com uma função educativa que abrange o cuidado e a educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas. Nesse movimento ela é colocada como ponto de pauta nas políticas educacionais e sociais, visando garantir os direitos das crianças e de seus professores.

Diante das mudanças ocorridas na área educacional e das perplexidades surgidas com os desdobramentos da LDB 9.394/96, podemos situar os processos de formação do professor para atuar na Educação Infantil no Brasil, sendo exigência da Lei, mas admitindo também que pessoas formadas em cursos de Magistério de nível médio ainda possam assumir a função. Essa dubiedade no que diz respeito à possibilidade de formação parece corresponder à própria situação de marginalidade histórica imposta ao campo da Educação Infantil, ao mesmo tempo pode-se refletir sobre a sua relação com a dificuldade daqueles profissionais que se assumem como professores dessa etapa da Educação Básica. (BARBOSA, ALVES e MARTINS, 2005).

As políticas públicas para a formação de professores para atuar na Educação Infantil apresentam concepções que podem ser explícitas ou implícitas acerca do perfil proposto a esses profissionais, considerando que todas “[...] exprimem concepções do mundo e opções por ideologias e interesses que nelas se exprimem, direcionando-as diferenciadamente” (SARMENTO, 2001, p. 1). Essas concepções, explícitas ou não, se constituem a partir de visões de infância e Educação Infantil que sustentam escolhas como conhecimentos, habilidades e competências compreendidas como necessárias ao professor que atua junto à criança pequena.

Quais concepções acerca da infância que os alunos do curso de Pedagogia têm? Como compreendem a Educação Infantil no curso de formação? Nesse artigo analisamos tais questões relacionando com a temática formação de professores para a Educação Infantil, apresentando dados e análises de uma pesquisa realizada em 2006 com a participação de 266 alunos de Pedagogia de uma universidade em Goiânia, a qual teve por objetivo investigar o lugar que a Educação Infantil ocupa no curso, sob a ótica dos discentes.

### **A realização da pesquisa**

O nosso objeto de pesquisa foi Educação Infantil no Curso de Pedagogia, o qual, analisamos sob a perspectiva histórico-dialética, reconhecendo o caráter de movimento, da contradição, da historicidade, da provisoriade e da construção do conhecimento, compreendendo, portanto, o objeto de estudo como algo vivo, dinâmico.

O método de pesquisa é um caminho que possibilita um rumo, uma direção a seguir, de maneira planejada, para conhecer determinado objeto. Entendemos, porém, que não se trata simplesmente de um caminho dentre muitos, e sim um caminho que possibilita interpretar, analisar as questões propostas por um determinado objeto. Desse modo, podemos dizer que o método abrange uma opção do pesquisador, reflete uma posição histórico-política, uma visão de mundo. Daí assumirmos a premissa de que a neutralidade

científica é uma abstração, um mito (SCHAFF, 1995). A pesquisa, entendida a partir desse prisma, é um processo que permite que brilhe os olhos do pesquisador, à medida que a relação entre a pesquisa e a vida do autor possibilite que um enriqueça o outro.

Cada período histórico é regido por suas próprias leis e construções históricas. Mas essas leis e acontecimentos de cada período histórico não são desconectados. Por isso, a análise de qualquer fenômeno histórico só pode ser aprendida a partir da investigação dos seus múltiplos condicionantes (MARX, 1983). E é isso que procuramos fazer ao longo da presente pesquisa teórica e empírica, ou seja, revestirmo-nos de um olhar de artesã buscando captar os multideterminantes que compõe o nosso objeto de estudo.

Essas considerações revelaram-se fundamentais para a pesquisa, cujo ponto de partida foi a realidade vivida no curso de Pedagogia, à luz do olhar de seus alunos, referente ao lugar da Educação Infantil no projeto e processo de formação. Nossa postura enquanto pesquisadora foi o de abertura, reconhecendo que muitas situações não podem ser previstas pelo pesquisador. Pressupomos que a melhor forma de se fazer pesquisa é vivê-la, senti-la, isto é, sentirmos o que podemos fazer em determinado momento buscando preservar a integridade dos dados, sabendo se situar no contexto e manter-se vigilante aos vieses e julgamentos, não modificando os dados por critérios arbitrários e exteriores.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram feitas análises de natureza qualitativa buscando articular dinamicamente os dados por nós constituídos à realidade educacional e formativa dos discentes do Curso de Pedagogia da FE/UFG. Com base nesses fundamentos teórico-metodológicos, várias questões e indefinições povoaram as nossas ações durante o levantamento de informações acerca da pesquisa em estudo até a sua conclusão – algumas provisórias e parciais – com seus multideterminantes. Para tanto, estabelecemos procedimentos necessários para conseguirmos atingir o objetivo da pesquisa.

Escolhemos investigar o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás devido a sua trajetória social e política e por estar vivenciando um momento específico no tocante à formação de professores para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, pois até então o curso habilitava para ser professor do Magistério e da primeira etapa do Ensino Fundamental. A referida Faculdade reformulou seu currículo no ano de 2003 após um longo período de discussões, a fim de definir um currículo que vai se constituindo na própria história da Faculdade, nos embates políticos e epistemológicos, pois o currículo é algo vivo, que se constitui e é constituído nas relações sob condicionantes históricos. Essa redefinição do currículo visava integrar as discussões ensejadas no campo das políticas públicas para a formação de professores para a Educação Infantil.

Justamente nesse cenário – de transformações curriculares, embates político-epistemológicos e o papel histórico assumido pela FE/UFG, nacionalmente, frente à desqualificação do Ministério da Educação (MEC) quanto à profissão do Pedagogo – buscamos escutar, dar voz aos discentes do Curso de Pedagogia da FE/UFG. Essa decisão deveu-se, sobretudo, a dois motivos: o primeiro deles por considerá-los agentes fundamentais no processo de formação e expressão desta. Nesse caso é bom notarmos que quando se torna ex-discente, já professor ou, ainda, quando já se é professor enquanto aluno (e vice-versa) devemos atentar para: o fato de ele ser o mediador entre o seu próprio aluno e o conhecimento; sua atuação pedagógica reflete, possivelmente, elementos da formação que recebeu (ou não); espera-se que a forma de esse professor conceber e tratar /educar as crianças tem relação não apenas com sua própria história de vida, mas com os conceitos que apreendeu ao longo da sua formação e profissionalização. Por conseguinte, uma importante

fonte para analisar e compreender a formação do pedagogo e, especialmente, a sua inserção teórica e prática no campo da Educação Infantil é a reflexão que seus alunos fazem desse curso. Uma segunda motivação para discutirmos a Educação Infantil no Curso de Pedagogia da FE/UFG foi a ausência de pesquisas sistemáticas que tratassem dessa temática sob a ótica dos discentes.

Para a realização da pesquisa foi elaborado um questionário de múltipla escolha com o objetivo de conhecermos os alunos do Curso de Pedagogia e suas características gerais como perfil pessoal e profissional. Para a construção de dados específicos sobre a formação o questionário descritivo referiu-se a percepção que os alunos tinham do curso de Pedagogia, da organização do seu currículo e das concepções de Educação Infantil e de infância.

Na análise dos dados, buscamos apreender a articulação das categorias no conjunto das respostas, compreendendo além do quantitativo. O trabalho desenvolveu-se na busca da superação de classificações estanques das afirmações apresentadas pelos alunos, visando à construção de categorias, que possibilitassem a compreensão do objeto estudado, não tentando confirmar categorias previstas a priori, pois as categorias são possibilidades de organização das informações, favorecendo ao pesquisador compreender, interpretar, concluir, ver as convergências e os afastamentos das argumentações apresentadas pelos participantes da pesquisa. Enfim, possibilitou *dar voz* aos alunos.

### **Formação de professores para a Educação Infantil no curso de Pedagogia**

A história da Educação Infantil, seus avanços e retrocessos, refletem bem o descaso com o campo e com a formação do profissional que atua nesse nível e que se reafirma na LDB/1996. Ao observarmos a história da educação no país, percebemos o lugar da Educação Infantil no Brasil bem como dos profissionais que atuam nesse nível foram historicamente marginalizados.

A Educação Infantil no Curso de Pedagogia da FE/UFG é algo novo e muitos alunos apontam que a discussão de forma sistemática só se deu a partir da reestruturação do currículo. Antes disso, podemos afirmar que a temática Educação Infantil era pouco vislumbrada pelos professores e alunos no Curso. Além disso, é necessário considerarmos que essa não era a proposta do Curso até a aprovação do currículo em 2003.

No Curso de pedagogia da FE/UFG a partir da reestruturação do currículo há uma intensificação das discussões acerca da Educação Infantil, porém a discussão e a própria formação de professores para atuar com crianças pequenas não é novidade no Brasil. Várias Universidades, já fazem esse trabalho há anos.

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde a década de 1970 aquela Instituição habilita o profissional para desenvolver seu trabalho com a criança pequena. Naquele período, a habilitação que o Curso oferecia formava especialistas para as atividades de Orientação Educacional, Administração Escolar e Supervisão Escolar no ensino de 1º e 2º Graus, dedicando-se a formar professores nas habilitações de Magistério 2º Grau, Educação Especial (Deficiência Mental e Auditiva) e também Educação Pré-Escolar (RIVERO, 2001).

A Universidade Católica de Goiás (UCG) no seu Curso de Pedagogia, em 1980, habilitava o pedagogo para atuar no Magistério de 2º Grau (disciplinas pedagógicas), no Magistério de 1º Grau (docência nas séries iniciais de escolarização) e para a pré-escola e alfabetização (FIRMINO, 2005).

Importante destacarmos a atuação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) que desde 1981 passa a formar professores para atuarem com crianças de quatro até seis anos num Curso de Pedagogia específico, pois “[...] em função das exigências do mercado de trabalho, representado pela rede pública e privada fez-se uma junção das habilitações” (SILVA et al., 2002, p. 36). Assim, o curso passou a formar o professor para atuar na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa realidade vem se repetindo em vários Estados e instituições formadoras no Brasil.

A FE/UFG, começa a oferecer a formação para a Educação Infantil, após a aprovação do novo currículo em 2003. Observamos que um dos apontamentos dessa mudança se configura pelas modificações ensejadas pelas normatizações das políticas públicas para a formação do profissional para atuar na Educação Infantil, tratando-se, portanto do cumprimento de uma exigência legal. Essas afirmações estão contidas no PPP do Curso de Pedagogia da FE/UFG:

O curso de Pedagogia, ora proposto, foi concebido a partir da reflexão, da discussão e da avaliação do currículo então em vigor e das necessidades das redes de ensino que, sobretudo na década de 1990, passaram por alterações implementadas nas redes públicas por meio do processo de municipalização da educação e de estruturação da política pedagógica para a Educação Infantil e a conseqüente transferência desse nível de ensino para a rede pública municipal (FE/UFG/PPP, 2003, p. 13).

A mudança do seu currículo implica em repensar a estrutura, a organização, as concepções e as perspectivas acerca do papel da formação do profissional que vai atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Podemos afirmar que, de certo modo, a Faculdade de Educação entra numa nova etapa. Ou seja, de maneira diferenciada da década de 1980, que buscavam a formação do profissional da educação na totalidade, sem a fragmentação, tão em voga nos curso de Pedagogia, formando os que pensavam e os que executavam. Hoje a luta é pela formação de um professor que saiba atuar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Porém, percebemos que o trabalho com a Educação Infantil no curso de Pedagogia ainda não se encontra consolidado, pois os alunos apontam que a ênfase dada ao curso de formação continua sendo os Anos Iniciais do Ensino Fundamental “*O enfoque maior é dado ao Ensino Fundamental, a Educação Infantil é superficial (A- 5º período)*).

Os alunos que participaram da pesquisa apontam que o curso não trata da Educação Infantil na sua totalidade, por realizar as discussões de forma localizada, isolada e, também, por meio de conversas informais e não sistematizadas com análises de textos, não permitindo uma compreensão ampla do processo educativo nessa etapa. Essas práticas, segundo os alunos, impossibilitam muitas vezes, a ação do futuro profissional da educação, como podemos perceber na argumentação: “[...] *as disciplinas de Fundamentos, e Metodologias, trabalhou isso muito superficialmente, não aprofundou nessa questão [Educação Infantil], ficou centrado mesmo no Ensino Fundamental, [...] foi muito superficial mesmo. Não me sinto preparada para atuar na Educação Infantil (A- 3º período)*).

A Educação Infantil está tão insipiente no curso de Pedagogia da FE/UFG que os alunos pontuam que ainda precisa apresentar algumas mudanças significativas, pois alegam que vêem uma disciplina [Sociedade, Cultura e Infância], que discute especificamente a Educação Infantil, porém esta se dá no começo do curso, não possibilitando aos alunos compreenderem a real importância dela naquele momento. A esse

respeito um aluno argumenta que: “[...] no primeiro período a gente tá vendo psicologia ainda, sociologia, então eu acho que tá assim muito recente pra vê Educação Infantil [a aluna está se referindo a disciplina Sociedade Cultura e Infância] (A- 6º período).

Ao analisarmos as percepções dos alunos sobre a Educação Infantil no Curso de Pedagogia, podemos concluir que eles percebem as discussões acerca da Educação Infantil, mas constatam que se dá de forma isolada, não conseguindo compreender seu papel de professor de Educação Infantil, não sendo suficientes para enfrentar os desafios da vida profissional sendo destacado por 54,8% participantes da pesquisa que o enfoque sobre Educação Infantil aparece em algumas disciplinas. Esse número significativo aponta que o curso não possibilita ao pedagogo compreensão das especificidades do trabalho com a criança pequena conhecimentos que possibilite organizar a ação didática adequadamente a criança pequena.

### **Concepção de Infância e de Educação Infantil no curso de Pedagogia**

A concepção de infância que os alunos apresentam articula-se a vários elementos, muitas vezes ambíguos, mostrando a visão que os adultos têm sobre a criança que se constitui num dado momento histórico, como um conceito abstrato, idealizado. Essa idealização pode ser caracterizada nos depoimentos que retratam a infância como: período da vida (55), fase maravilhosa (36), tempo de brincadeira (75), inocência (29), período sem preocupações (20), momento em que a criança é livre (18), fantasias (14), amor pleno (37).

Essas características são atribuídas à sua natureza, demonstrando, como aponta Charlot (1986), a idéia de natureza infantil, de igualdade entre todas as crianças, como se todas elas fossem idênticas, independente do contexto histórico do qual fazem parte. Assim, segundo Barbosa (1997), negando-se a história, a construção do sujeito numa dada realidade.

Podemos inferir que a visão idealista é marcante nos depoimento de muitos alunos. Caracterizam o desenvolvimento e aprendizagem num momento da infância, considerando-o como o único capaz de imprimir na criança conceitos, valores, formas de agir e de ser para usar para a vida. A criança nesse momento não é reconhecida nas suas especificidades, como nos outros momentos da vida que se constituem historicamente. Essas concepções estão imbuídas de significações ideológicas, tanto na relação da forma como o adulto a vê, quanto como a sociedade a concebe. Nas idéias acerca da infância apresentadas pelos alunos, pudemos evidenciar que a criança é vista como um ser que ainda não é social, devendo, portanto, pelo adulto, ser socializada. Daí dizemos que a criança é compreendida como a-histórica, como se seu papel social e seu desenvolvimento fosse algo natural, independente das condições sociais de vida, de classe e do meio cultural. (CHARLOT, 1986).

A criança, portanto, é vista pelos alunos como um sujeito que tem potencialidades e que os futuros profissionais da educação que vão atuar diretamente com elas devem deixá-las construir, *por elas mesmas*, por meio das descobertas individuais, o mundo que as cercam, definindo assim a Educação Infantil como um lugar de aprendizagens individuais ligadas especificamente à idéia de desenvolvimento.

Os dados apresentados sobre a infância são semelhantes àquela definida na ótica rousseauiana, segundo a qual o indivíduo deve ser protegido, a fim de construir, mediante suas experiências, as suas próprias potencialidades. Para tanto, os adultos devem educá-las para serem fortes, deixando a natureza boa dessa criança sobressair. Rousseau (2001) preconizou que é fundamental que a criança tenha liberdade de se expressar, de

experienciar, por meio de suas ações. Essa concepção deu base para outros teóricos da pedagogia como Froebel e Montessori e ao próprio Piaget a construírem essa idéia de criança, idéia debatida em alguns momentos do Curso, mas que parece não estar elaborada de forma crítica por boa parte dos alunos entrevistados.

A perspectiva sócio-histórico-dialética se contrapõe a essa idéia, pois a criança se apropria, desde que nasce, de um ambiente humanizado, com alimentos, objetos, vestuário, instrumentos, linguagem. Esses objetos e ações construídos já são condicionados pelo homem. Trata-se de um processo de reprodução no sujeito que só se dá na medida em que o sujeito, na relação com o mundo objetivo, “[...] empreende uma atividade adequada ao conteúdo no objeto ou no fenômeno dado significando domínio diante de um objeto que forma as correspondentes ações e operações motoras e mentais” (LEONTIEV, 1991, p. 65). Portanto, a teoria sócio-histórica compreende a criança na sua realidade concreta, e não como um ser idealizado, abstrato e único, pretensamente científico da condição de natureza infantil. A concepção de infância apresentada pelos alunos evidencia o conceito de infância que se construiu ao longo do processo histórico que camufla ideologicamente a criança real, tanto na relação criança – adulto quanto criança e sociedade. Esse discurso ideológico difundido pelo senso comum é naturalizado nas relações sociais, pois a criança é percebida como dependente e subordinada, sendo considerada como um ser inacabado, que deverá ser encaminhado para tornar-se um verdadeiro adulto. (BARBOSA, 2001).

A infância, como um *período de formação, etapa da vida*, como afirmam os discentes, está ligada à idéia de natureza infantil. A criança é vista como um ser fraco e incompleto, naturalmente dependente do adulto, sendo considerada como um ser que ainda não é social, ocupando um lugar marginal nas relações sociais, devendo ser *socializada*. Assim, a criança desenvolve culturalmente as suas possibilidades (inatas) com o outro, sendo validada a idéia da criança ativa, ocultando-se a idéia concreta de que esse desenvolvimento é construído nas relações sociais, determinado historicamente pela condição de classe (CHARLOT, 1986).

Notadamente, os alunos apresentam respostas contraditórias que delimitam certas características ambíguas ou antagônicas quanto ao modo de eles compreenderem a criança. A idéia da criança abstrata ainda que se reconheça a criança concreta encontra-se presente, por exemplo, quando: *“Um período em que a criança tem de desenvolver suas potencialidades tem seu espaço, como sujeito de participação e história (A-7º período)*. A criança é vista pelos adultos numa perspectiva de futuro. Os alunos vêem que é preciso que a infância seja educada, a fim de se obter uma boa preparação, para que no futuro ela conduza o sujeito a ser um homem de bem e, para tanto, é necessário socializá-la.

Estudos sobre a infância enfatizam que a criança é um sujeito social de uma dada realidade, possui história, faz história, sujeito constituinte e constituído de cultura, portanto, não há infância – abstrata – e sim infâncias constituídas historicamente (ALVES; BARBOSA; MARTINS, 2005). A criança tem sua especificidade, assim, como o adolescente, o adulto, o idoso, é fundamental compreendê-la como hoje e não somente como um *vir-a-ser*, o futuro da sociedade.

Apenas 10% alunos que participaram da entrevista apresentam a concepção de infância como um construto social, que se dá na relação da criança com outros sujeitos, com os objetos, com o mundo concreto do qual ela faz parte. Podemos perceber isso quando apontam que a criança: *Deve ser compreendido como um ser social e histórico capaz de construir sua história através das relações tanto com os adultos como com outras crianças (A 7º período)*. Sendo necessário compreender que

Os estudantes, quando perguntados acerca da concepção que têm sobre criança, remetem-na ao espaço escolar, localizando a Educação Infantil como espaço de aprendizagem (39), como um lugar em ela deve ter a possibilidade de se desenvolver (27), é o espaço de socialização (63), como um lugar de aprendizagens que possibilitem o desabrochar das potencialidades infantis (23). Outros mostram-na como um lugar possibilita à criança aprendizagem de valores (77), momento de construção (41).<sup>4</sup>

É certo que a Educação Infantil é um espaço que deve privilegiar as aprendizagens e criar espaços de possibilidades, mas não podemos ter em mente que ela é o lugar que precisa ser aproveitado como momento único de aprendizagens, ou utilizando especificamente conhecimentos da psicologia do desenvolvimento, pois não é. Cada momento da vida, cada espaço escolar e não escolarizante, tem que primar por especificidades, levando em consideração os sujeitos ali presentes. Nas palavras de Barbosa (1997, p. 133.): A criança aqui, não é concebida isoladamente, mas repleta de possibilidades oferecidas por outras pessoas e pela ‘sociedade das coisas’ (expressão emprestada de Gramsci), da qual precisa ter certo conhecimento.

O professor de Educação Infantil formado no Curso de Pedagogia deve perceber a sua importante posição diante da criança, deve compreender que tanto ele quanto a criança são sujeitos que interagem num movimento dialético – constituintes e constituídos da história, percebendo-se como transformadores da realidade, valorizando o conhecimento, não em detrimento das relações afetivas, mas compreendendo-o como um processo interligado.

### **Considerações finais**

O Curso de Pedagogia da FE\UFG assume em 2003 a formação para a Educação Infantil, o que até bem pouco tempo atrás não fazia parte de seu projeto de formação. A Educação Infantil no referido Curso assume um lugar diferenciado de períodos anteriores, porém, ainda é marginal, no próprio currículo, como os alunos evidenciaram, a Educação Infantil ainda está atrelada ao Ensino Fundamental. Destacamos aqui a necessidade de *dar voz* os estudantes, pois eles podem mostrar o currículo em movimento, as suas contradições, os avanços. O que é necessário manter ou superar.

A criança e a infância são temas que começam a ocupar espaço no Curso de Pedagogia da FE\UFG, ainda que restrito, começando pela inclusão de disciplinas que se referem a essas concepções, pensadas como uma área específica do conhecimento e que englobam um conjunto de saberes teórico-práticos a respeito da educação de crianças de zero até seis anos. A concepção que os alunos apresentam sobre infância, criança e Educação Infantil se materializa num caráter de ambigüidade.

Acreditamos ser necessário discussões referentes à criança pequena e à Educação Infantil, em várias disciplinas, na FE\UFG, e não em algumas e muito menos dependendo da “boa vontade” do professor. É importante compreendê-la como parte da totalidade de discussões que devem estar presentes em todos os espaços acadêmicos.

---

<sup>4</sup> Alguns alunos apresentaram mais de uma afirmativa (Nota da pesquisadora).

## Referências

- ALVES, Nancy Nonato de Lima. **Elementos mediadores e significados da docência em educação infantil na rede Municipal de Ensino de Goiânia**. Goiânia: UFG, 2002. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- BARBOSA, Ivone G. **Pré-escola e formação de conceitos: uma versão sócio-histórico-dialética**. 1997. São Paulo: FEUSP, 1997, 169f. (Tese de Doutorado).
- \_\_\_\_\_. **A educação infantil: perspectiva histórica, lutas e necessidades**. Goiânia: FE/UFG, 1999 (impresso).
- \_\_\_\_\_. **Infância e educação em direitos humanos**. Goiânia: FE/UFG, 2001. (impresso)
- \_\_\_\_\_; ALVES, Nancy N. de L.; MARTINS, Telma A. T. **Nem sei mais se devo ficar contente por ser criança, ou triste por ser tão fraco: ambigüidades e contradições docentes sobre a infância**. Anais IV Seminário das Licenciaturas da Universidade Católica de Goiás, 2005.
- \_\_\_\_\_; MARTINS, Telma A. Teles. **O trabalho do (a) professor (a) na Educação Infantil: um olhar sob a teoria histórico-cultural**. Trabalho apresentado no Encontro dos Pesquisadores em Educação do Centro-Oeste. Cuiabá, 2006.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. **Educação pré-escolar e cultura**. Campinas-SP: da Unicamp, 1999.
- FIRMINO, Luciano Julio. **O currículo do Curso de Pedagogia em movimento: como se formam pedagogos na UCG? 2005**. Dissertação (Mestrado em Educação). UCG, Goiânia, 2005.
- LEONTIEV, Aléxis. N. Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental. In: **Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo-SP: Editora Moraes, 1991. p.25-40
- MARX, Karl **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Victor Civita. 1983.
- MARTINS, Telma Aparecida Teles. **A educação infantil no curso de pedagogia FE/UFG sob a perspectiva discente**. Goiânia: UFG, 2007. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- [SCHAFFE, Adam](#). **História e verdade**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- RIVERO. Andréa. **Da pré-escola à educação infantil: um estudo das concepções presentes na formação dos professores no curso de pedagogia**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC, Florianópolis, 2002.
- SARMENTO, Manoel. **Administração da infância e da educação: as lógicas [políticas]de acção na era da justificação múltipla**. II Congresso Luso-Brasileiro de Política da Educação. Braga, Portugal: Instituto de Estudos da Criança , Universidade do Minho, 2001.
- SILVA, Anamaria S. **A professora de educação infantil e sua formação universitária**. 2003. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP, Campinas-SP, 2003.
- UFG. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação. **Projeto político-pedagógico do curso de Pedagogia**. Goiânia, 2003.